REVISTA AGROAMBIENTAL

Lista de Periódicos Disponível em Periódicos

ARTIGO ORIGINAL

Página inicial do periódico: REVAGRO

PELAGRA MOÇAMBIQUE

Contributo dos Comités de Gestão de Recursos Naturais de Macuere e Migugune na Conservação da Flora da Coutada 14, Província de Sofala, Moçambique

Contribution of the Natural Resources Management Committees of Macuere and Migugune in the Conservation of the Flora of Coutada 14, Province of Sofala, Mozambique

[1a] Valentim Simão Jossefa, [b] Fanuel Garai Albino Muiambo, [c] Zefanias Jone Magodo

[a] *Serviço Provincial do Ambiente de Sofala, Moçambique*
[b] *Lipilichi Wilderness Investments LDA, Moçambique*
[c] *Instituto Superior Politécnico de Manica (ISPM), Moçambique*

Informações do Artigo

Palavras-Chaves:
Gestão Comunitária
Conservação da Flora
Coutada Oficial n.º 14

RESUMO

Este estudo analisou o contributo dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRNs) de Macuere e Migugune na conservação da flora da Coutada Oficial n.º 14, no Distrito de Marromeu, província de Sofala. Através de um estudo de caso descritivo com abordagem mista, os dados foram recolhidos via questionários, observação directa e uma escala de Likert aplicada a 30 membros dos comités. Os resultados evidenciaram diferenças marcantes entre as duas comunidades. Em Migugune, a integração efectiva de práticas tradicionais com mecanismos formais de gestão fortaleceu a preservação da vegetação e a observância das normas de conservação. Em contrapartida, em Macuere, a conservação foi comprometida por desafios como a fraca participação comunitária, escassez de recursos técnicos e a ocorrência de actividades ilegais. De forma transversal, o estudo identificou como principais desafios para os CGRNs os conflitos de uso da terra, a dependência de financiamento externo, a capacidade de fiscalização limitada e a insuficiência de infra-estruturas. A criação da Unidade de Resposta Rápida (URR), no âmbito do projecto MozBio, destacou-se como uma medida positiva para reforçar a fiscalização comunitária.

***Keywords*:**
Community Management
Flora Conservation
Official Hunting Area No. 14

This study analyzed the contribution of the Natural Resource Management Committees (NRMCs) of Macuere and Migugune to the conservation of the flora of Official Hunting Area No. 14, in the Marromeu District, Sofala Province. Through a descriptive case study with a mixed-methods approach, data were collected via questionnaires, direct observation, and a Likert scale applied to 30 committee members. The results showed marked differences between the two communities. In Migugune, the effective integration of traditional practices with formal management mechanisms strengthened vegetation preservation and compliance with conservation standards. In contrast, in Macuere, conservation was compromised by challenges such as weak community participation, scarcity of technical resources, and the occurrence of illegal activities. Across the board, the study identified land use conflicts, dependence on external funding, limited monitoring capacity, and insufficient infrastructure as the main challenges for the NRMCs. The creation of the Rapid Response Unit (RRU), within the scope of the MozBio project, stood out as a positive measure to strengthen community monitoring.

[1] Para correspondência: vs.jossefandlovu@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em Moçambique, as áreas de conservação representam 25% do território nacional, asseguram o equilíbrio de ecossistemas essenciais para o desenvolvimento do ecoturismo do país Administração Nacional de Áreas de Conservação – ANAC (2025), com a participação das comunidades locais representadas por Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRNs), conforme estabelecido na Lei de Florestas (Lei no 17/23 de 29 de dezembro).

Uma das principais responsabilidades dos CGRNs é assegurar que os membros das comunidades adoptem boas práticas que garantem a conservação dos recursos naturais, em particular, a flora (Jaime, 2023).

No entanto, a conservação da flora, refere-se à protecção e gestão sustentável da diversidade de plantas e ecossistemas, buscando preservar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos associados.

Segundo Shetunyenga (2024), isso inclui acções como o estudo científico da flora, a implementação de políticas de conservação, a fiscalização e vigilância contínua, que impedem a extracção ilegal de madeira/plantas e recursos naturais, a reabilitação de áreas degradadas, através do reflorestamento com espécies nativas e do maneio sustentável das áreas e a educação ambiental, que conscientiza as comunidades sobre a importância da biodiversidade e incentiva práticas sustentáveis de uso dos recursos.

.A existência de CGRNs é fundamental para promover uma administração participativa e eficiente das áreas de conservação, especialmente em contextos onde as comunidades locais desempenham um papel importante na protecção dos recursos naturais disponíveis (Shetunyenga, 2024).

Além disso, eles fortalecem o sentimento de propriedade e responsabilidade das comunidades em relação às áreas de conservação, incentivando práticas que assegurem a preservação dos recursos naturais, como a flora, por meio de acções comunitárias e políticas de gestão compartilhada (Tocoloa, 2023).

Por outro lado, Pinheiro (2019), afirma que as áreas de conservação enfrentam pressões que comprometem sua função de preservação, tanto por factores naturais quanto antrópicos.

Dessa forma Jaime (2023), ressalta que caça furtiva, a exploração desenfreada dos recursos florestais e degradação das matas ciliares é influenciada pelo fraco envolvimento das comunidades locais na gestão florestal, aumentando deste modo, a problemática de escassez dos recursos florestais e das espécies existente nas áreas de conservação.

Mushove et al. (2001) e Teixeira et al.(2009), destacam que a fraca organização e participação das comunidades agravam essa situação.

Resultados obtidos por Boanha & Nhongo (2024), complementam esses argumentos, revelando que 12.227 focos de calor foram identificados no Complexo de Marromeu, na província de Sofala, cobrindo 73% da área queimada, com uma média anual de 24% da área afectada, perpetuados pelas comunidades locais associada a actividade de caça e abertura de novas machambas para o cultivo.

Os comités de gestão de recursos naturais de Macuere e Migugune, criados em 2000, visam mitigar esses impactos, mas sua eficácia ainda não foi avaliada.

Pesquisas em Moçambique, como a de Ladina (2019), de Tocoloa (2023), Andrade et al. (2022) e Jamisse & Antonio (2023), evidenciam a degradação florestal e exploração descontrolada dos recursos naturais devido à fraca participação comunitária na gestão.

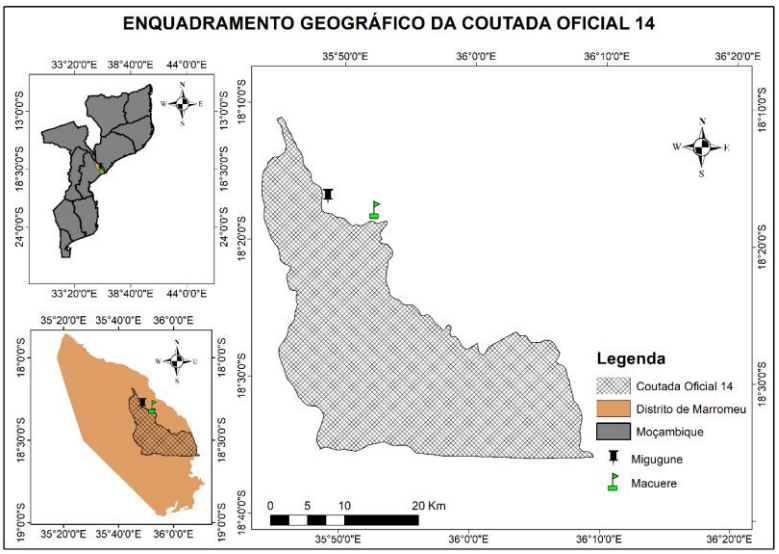
Diante do exposto, o objetivo deste estudo buscou compreender como os Comités de Gestão de Recursos Naturais CGRNs de Macuere e Migugune contribuem para a conservação da flora na Coutada Oficial nº 14.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1 Descrição da área de estudo

O estudo foi realizado nas comunidades de Migugune e Macuere, que se localizam na região nordeste da Coutada Oficial no 14, que por sua vez, a Coutada situa-se no Complexo de Marromeu, no distrito de mesmo nome, na província de Sofala. A Coutada no 14 abrange uma extensão geográfica definida de 1.350 Km^2 (figura 1).

Figura 1: Localização geográfica da Coutada Oficial n° 14



Fonte: Autores (2026)

2.1.1 Clima

O clima da Coutada Oficial nº 14 é tropical húmido, com ocorrência de duas estações, nomeadamente a seca e fria, de Abril a Agosto e a quente e chuvosa, entre Setembro e Março. A precipitação média anual é de 910 mm, concentrada no período compreendido entre Dezembro e Março. A evapotranspiração potencial média anual é cerca de 1.574 mm. A temperatura média anual é de 24ºC. As médias mensais máxima e mínima são de 32 ºC e 16ºC, respectivamente (MITADER, 2015).

2.1.2. Vegetação

De acordo com Wild & Barbosa (1967), na Coutada Oficial nº 14 ocorrem quatro (4) unidades de vegetação, nomeadamente: zona de mangais, floresta semidecidual, savana decídua com palmeiras e formações aluvionares, tem baixa diversidade de ecossistemas, com quatro tipos de cobertura vegetal ocupando 99% da área da área, nomeadamente mangal (aberto e denso), floresta (aberta e densa) nas dunas costeiras, floresta ribeirinha e pradaria (temporariamente inundada, permanentemente inundada e vegetação herbácea ribeirinha).

Devido ao baixo número de pessoas que residem na Coutada Oficial nº 14, difícil acesso rodoviário e existência de extensas áreas permanentemente inundadas, a reserva mantém o seu potencial de vegetação quase intacto, excepto nas proximidades de áreas habitadas pela população.

3. População e amostra

3.1. População

No presente estudo, a população investigada consistiu em todos os membros de dois (2) CGRNs da Coutada oficial nº 14, especificamente os comités de Macuere e Migugune, todos com mais de cinco (5) anos de existência e experiência no trabalho em questão o que permitiu captar observações mais profundas e claras sobre os desafios e práticas de gestão de recursos.

A escolha de limitar o estudo a esses dois comités foi influenciada pela restrição de recursos financeiros, que impediu a expansão da pesquisa para outros comités existentes. Adicionalmente, estas comunidades estão localizadas próximas à zona de protecção total da Coutada 14, tornando-as relevantes para a investigação. O CGRNs de Migugune e Macuere contam com 20 membros cada.

3.2 Amostra

A selecção da amostra foi baseada em um método de amostragem não probabilística, especificamente por acessibilidade ou conveniência, onde participaram os membros que estiveram disponíveis no momento da colecta dos dados. Por sua vez, o número de inquiridos, baseou-se na metodologia descrita pelos autores Mason (2010), Warren (2011), Matos (2020), relatando que o tamanho amostral mínimo considerado para um estudo qualitativo não etnográfico é de 20 a 30 entrevistas. Neste sentido, optou-se por compor sua amostra a partir de indivíduos representativos constituídos por membros dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais (tabela 1).

Tabela 1. Tamanho amostral (Amostragem por conveniência)

CGRN	Universo	Amostra
Migugune	20	15
Macuere	20	15
Total	**40**	**30**

3.3 Técnicas e instrumentos de colecta de dados

A coleta de dados foi realizada por meio de fontes primárias (inquérito por questionário e observação no terreno). Com um questionário composto de perguntas estruturadas com carácter misto-fechadas e abertas, de forma a permitir que os participantes respondam e comentem quando pertinente as questões colocadas, com o intuito de obter informações a respeito dos envolvidos no estudo. Além disso, foram utilizadas fontes secundárias, por meio de pesquisa bibliográfica, para embasar teoricamente e contextualizar o tema em análise.

3.4 Métodos de análise e interpretação dos dados

Os dados quantitativos foram organizados em tabelas e gráficos, utilizando ferramentas estatísticas básicas, como percentagem. Essas análises visam descrever a distribuição das variáveis sociodemográficas e as percepções sobre a gestão de recursos naturais na Coutada 14, por meio da escala de Likert com cinco níveis (muito ruim, ruim, regular, boa e excelente).

A análise dos dados qualitativos foi realizada através da técnica de análise de conteúdo. Essa técnica envolve a categorização das respostas das entrevistas em temas ou padrões recorrentes, permitindo assim a identificação de relações e interpretações significativas.

3.5 Processamento e análise dos dados

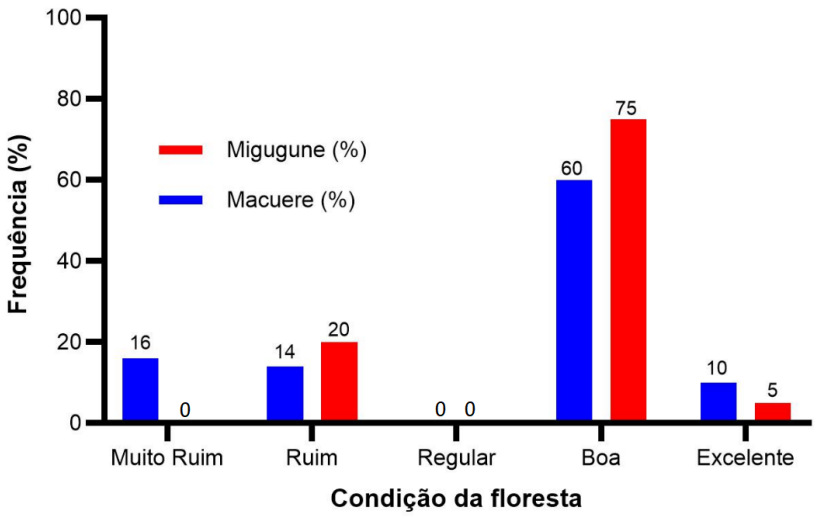
Os dados colectados foram digitalizados e organizados numa base de dados na planilha do Excel versão 2019, no qual, permitiu a produção de tabelas por meio de estatística descritiva, através do cruzamento das variáveis de interesse, para posteriormente a sua interpretação e de seguida usou-se o programa GraphPad Prisma 10 para gerar gráficos ilustrativos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Percepções sobre a gestão participativa da flora

A análise comparativa das percepções dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) nas regiões de Macuere e Migugune, fundamentada em dados qualitativos obtidos por meio de escalas de Likert (Figura 2), revela diferença de percepção na avaliação fisionômica da cobertura florestal da Coutada 14.

Figura 2. percepções dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) nas regiões de Macuere e Migugune.



Fonte: Autores (2026), resultado da pesquisa

Conforme demonstrado empiricamente, 75% dos membros do CGRN de Migugune classificam o estado da floresta como Boa, contrastando com 60% em Macuere, divergência que encontra explicação nas dinâmicas dos comités e implementação de regras comunitárias.

A percepção de boa condição da floresta de Migugune associa-se à sinergia entre práticas tradicionais adaptativas e mecanismos formais de governação ambiental. Como destacado por Ostrom (1990) em sua teoria dos commons, a eficácia na gestão de recursos

naturais decorre da combinação entre normas locais internalizadas e estruturas decisórias participativas.

Agrawal (2001), teve resultado semelhante em regimes de gestão comunitária na Amazónia quando avaliou as queimadas frias controladas, uma técnica ancestral validada por estudos científicos, bem como a implementação de regras comunitárias sancionadoras de novas aberturas agrícolas, conclui que a gestão comunitária na amazônia está associada a queimadas frias controladas e implementação de regras comunitárias.

Em contrapartida, 16% dos membros de Macuere classificam a floresta como muito ruim, percepção directamente relacionado com a recorrência de actividades ilegais em ecossistemas sensíveis.

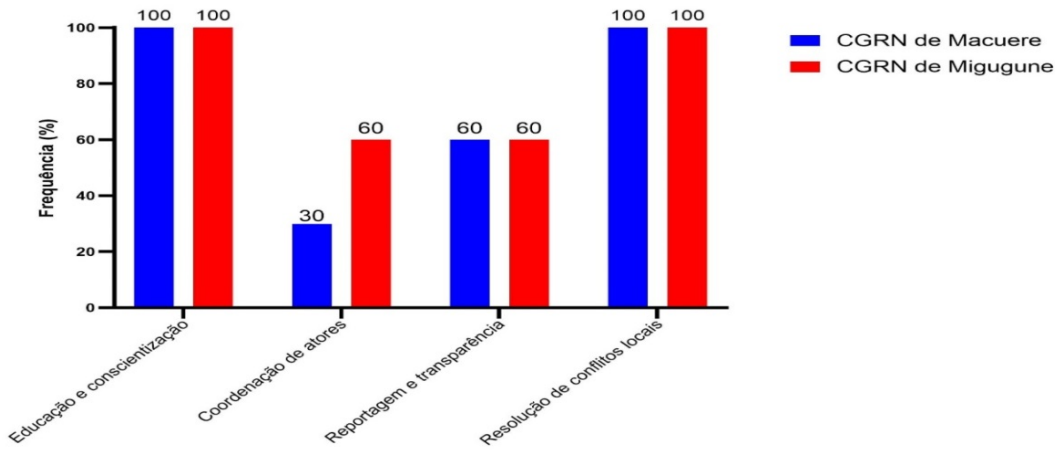
Portanto, 14% dos membros de CGRN de Macuere contra 20% de Migugune, classificam que a componente flora é ruim percepção relacionada a ocorrência de queimadas descontroladas, agricultura familiar em zona protegida e caça furtiva.

Segundo Teixeira (2018), as queimadas descontroladas, a caça furtiva, a abertura de machambas nas áreas da concessão florestal são algumas das acções que se esperava que a comunidade contribuísse na sua minimização, mas tudo isso continua a ser uma prática nessas áreas.

4.2 Acções e práticas adoptadas pelos comités na conservação da flora

A performance dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) de Macuere e Migugune foi analisada em quatro dimensões críticas da gestão comunitária, sendo: educação e conscientização, coordenação de actores, reportagem e transparência, e resolução de conflitos locais (figura 3).

Figura 3. Acções e práticas adoptadas pelos comités na conservação da flora



Fonte: Autores (2026), resultado da pesquisa

Na dimensão de educação e conscientização, ambos os comités afirmaram que estão activamente engajados na disseminação de informações sobre técnicas de agricultura de conservação, reflorestamento, lições sobre os impactos ecológicos das actividades ilegais e as penalizações aplicadas por lei a diversas práticas ilícitas dentro da coutada. Isso demonstra que os CGRNs têm conhecimento das técnicas de difusão de informações que incentivam a adopção de práticas sustentáveis em suas comunidades, sugerindo que a população está bem informada sobre o uso e a gestão dos recursos naturais.

Em relação à coordenação de actores, o CGRN de Migugune, com 60% dos membros contra, 30% de Macuere afirmam manter esforços para assegurar a coordenação e colaboração das partes interessadas.

Essa diferença revela que o comité de Macuere enfrenta dificuldades em organizar as comunidades em grupos de interesse para exploração de alternativas de geração de receitas, e negociação com actores externos, incluindo redes informais como as de mulheres agricultoras e jovens, o que limita sua resiliência institucional e capacidade de responder a desafios locais.

Apesar desses desafios, Macuere conseguiu realizar importantes obras com a canalização de 20% dos fundos disponíveis, incluindo a construção de três furos de água em 2022 e a edificação de duas escolas e uma ponte em 2023.

No entanto, o fraco conhecimento do valor económico dos recursos por parte da comunidade, bem como a fraca capacidade de negociação, cria desvantagens substanciais no processo de negociação de parcerias com o sector privado. O quadro legal moçambicano prevê que as comunidades locais residentes dentro e a volta das áreas de exploração comercial devem ter acesso a benefícios económicos, ambientais, ecológicos e socioculturais resultantes do uso dos recursos naturais (Nhantumbo & Foloma, 2004).

Na comunidade de Migugune, não houve progressos significativos durante sete anos devido a problemas relacionados à conta bancária da comunidade. O projecto MOZBIO, financiado pelo BIOFUND (Fundo para Conservação da Biodiversidade) tem oferecido apoio a ambas as comunidades, especialmente no processo de afugentamento de animais bravios. Com parte deste suporte, foi criada a Unidade de Resposta Rápida (URR), que está em operação desde junho de 2022.

Além disso, o projecto também estabeleceu grupos comunitários, como o Grupo de Madrinhas, o Clube Ambiental e um programa de bolsas de estudo.

Na dimensão de reportagem e transparência, que abrange a comunicação dos comités com as comunidades sobre questões de interesse local, decisões tomadas, reuniões realizadas e a prestação de contas, pelo menos 60% dos membros de ambos os comités afirmaram que mantêm essa prática sempre que possível, demonstrando um compromisso com a informação e a clareza junto aos membros locais.

No seu estudo sobre Governança, terra e distribuição, uma discussão sobre a Economia Política da Conservação Comunitária, Calfucura (2018) reconhece a pertinência da harmonia das estratégias de actuação das diferentes organizações formais e informais, na definição de quem controla os recursos, quem a gerência, como se resolvem os conflitos locais e como tem sido a partilha dos custos e benefícios da conservação nessas áreas.

Nessas estratégias, é importante i) a integração dos objectivos de conservação e subsistência; ii) fornecer benefícios económicos e de desenvolvimento em troca da conservação e; iii) proporcionar às comunidades locais o controle sobre seus recursos naturais. O nº 1 do artigo 25 da Lei 17/2023 de 29 de dezembro de 2023, decreta que o estado promove a organização das comunidades locais e assegura a gestão participativa do património florestal com o envolvimento destas, do sector privado, das organizações da sociedade civil, conselhos locais, comités locais e outros intervenientes interessados, visando a protecção, conservação, uso sustentável e partilha de benefícios gerados pela sua utilização.

Na questão da resolução de conflitos locais, constatou-se que ambos os comité participam das mediações de conflitos relacionados ao uso de recursos naturais, como a abertura de machambas em áreas proibidas, a caça ilegal, queimadas descontroladas, e a exploração ilegal de madeiras.

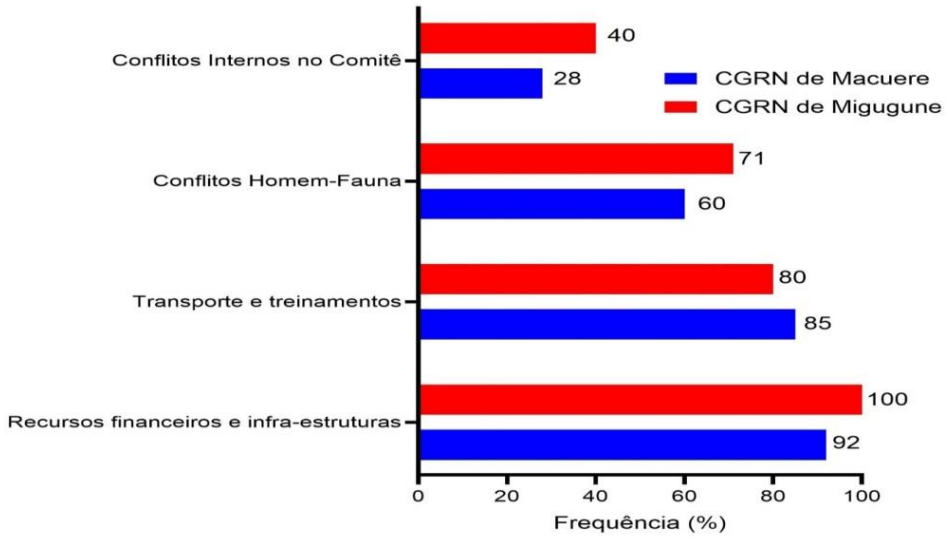
Comparando com os resultados encontrados por Matiaco & Majuasse (2023) no seu estudo sobre Gerenciamento da zona tampão da Reserva Especial do Niassa, uma análise no contexto de conservação do ecossistema, os autores constataram que, os CGRN estão engajados em actividades de fiscalização (50%) e com companhas de sensibilização ambiental (10%).

Ainda de acordo com Matiaco & Majuasse (2023), a situação geral da actividade de fiscalização comunitária é de aparente paralisação, ineficiência e incapacidade geral das estruturas responsáveis pela sua execução, devido à falta de incentivos, condições e capacidades financeiras e recursos humanos.

4.3 Principais barreiras e desafios enfrentados pelos comités

A operacionalização dos Comités de Gestão de Recursos Naturais (CGRN) de Macuere e Migugune enfrenta diversas dificuldades estruturais que impactam significativamente a qualidade dos resultados obtidos. Desde a sua fundação, tanto os objectivos quanto às actividades de ambos os comités têm sido marcados por conflitos de interesse, baixa capacidade de gestão dos conflitos entre humanos e animais, e uma série de carências, incluindo a falta de transporte, treinamento em Conservação e gestão de conflito homem e Fauna Bravia (CHFB), recursos financeiros e infra-estrutura adequada, assim, essas limitações aumentam as probabilidades de ocorrência de incidentes que vão contra os objectivos de conservação.

Figura 4. Principais barreiras e desafios enfrentados pelos comités



Fonte: Autores (2026), resultado da pesquisa

Em relação aos conflitos internos no comité, 40% dos entrevistados do CGRN de Migugune e 28% de Macuere confirmam a existência de desavenças internas. Essa realidade indica que um maior número de membros em Migugune enfrenta conflitos, o que compromete a coesão do comité.

De acordo com Adams (2004), a gestão de conflitos internos é um aspecto crítico do processo de gestão e planejamento, exigindo a participação activa e espontânea dos envolvidos em um objectivo comum para assegurar o alcance das metas estabelecidas. A falta de colaboração pode resultar em decisões inadequadas e na incapacidade de implementar projectos eficazes.

No que se refere à gestão de conflitos homem-fauna, 60% dos membros do CGRN de Macuere relatam dificuldades em afugentar e prevenir ataques de animais aos campos agrícolas.

Em Migugune, 71% dos membros afirmam não possuir meios ou técnicas adequadas para afastar os animais, evidenciando a ineficiência do comité em lidar com esse tipo de conflito. Conflitos desse tipo podem levar a perdas económicas significativas e impactar negativamente a biodiversidade e a sustentabilidade ambiental. Quando a gestão de conflitos homem-fauna é inadequada, os moradores locais podem optar por usar armadilhas ou caçar animais considerados problemáticos, seja para herbívoros que invadem as plantações, seja para carnívoros que atacam os rebanhos.

Em relação a transporte e treinamentos, ambos os comités encontram dificuldades devido à falta de meios de locomoção, como bicicletas e motocicletas, bem como à ausência de treinamentos técnicos regulares voltados para a prevenção e gestão de conflitos entre humanos e fauna.

De acordo com Sitoe et al (2007), no estudo sobre Avaliação dos modelos de maneio comunitário de recursos naturais em Moçambique, os autores afirmam que muitas das comunidades organizadas continuam necessitando de assistência por parte do Estado e das ONGs para o fortalecimento dos comitês e para o treinamento paramilitar e de bases legais de maneio dos recursos naturais.

Em Macuere, os membros receberam treinamento limitado, focando apenas em técnicas de afugentamento, como a utilização de blocos de piripiri e fogos de artifício. O projecto MOZBIO tem apoiado ambas as comunidades no manejo de animais bravios, através da criação da URR – Unidade de Resposta Rápida.

Conforme os depoimentos colectados, as comunidades demonstram um forte interesse em aprender métodos eficazes para afugentar animais bravios, utilizando materiais específicos, como buzinas de ar comprimido, foguetes e outros recursos que poderiam ser incorporados aos programas de capacitação.

Assim, em relação a recursos financeiros e infra-estruturas, Migugune se destaca com 100% dos membros entrevistados expressando insatisfação devido à falta de infra-estrutura adequada, como escritórios, salas de reuniões e centros de formação. Já em Macuere, 92% dos membros afirmam que a canalização de 20% dos recursos não resolve muitos dos problemas enfrentados pela comunidade. Além disso, os comités destacam que, para permanecerem operacionais, precisam de condições financeiras adequadas para todas as suas actividades.

Para Sitoe et al (2007), as limitações do regulamento aliado à insuficiência técnica e financeira das comunidades para o estabelecimento de CGRN limitam o processo. Entre as dificuldades, destaca-se o deficiente suporte legal, fraca fiscalização dos exploradores legais e ilegais e deficiente incentivo aos fiscais comunitários ou agentes comunitários.

De acordo com Jaime (2023), na pesquisa sobre Gênesis, boas práticas e sustentabilidade dos Comités de Gestão dos Recursos Naturais: estudo de caso do Parque Nacional de Gilé, Moçambique, afirma que as percepções dos membros de CGRNs sobre a sustentabilidade de boas práticas de gestão e conservação dos recursos naturais, indicaram que, a criação dos Comités, melhorou a conservação dos recursos naturais do Parque, contudo, as boas práticas de gestão e conservação de recursos naturais não são implementadas na sua totalidade devido a falta de incentivos e benefícios por parte do Parque.

5. CONCLUSÃO

Em Migugune, a integração de práticas tradicionais com mecanismos legais resultou em melhor proteção da vegetação, com 75% das avaliações classificadas como Boa.

Em Macuere, a baixa participação nas decisões e a falta de recursos técnicos reduziram a eficácia das ações, evidenciada por insatisfação, agricultura em área protegida, caça furtiva e queimadas descontroladas.

Os principais desafios identificados foram conflitos pelo uso da terra, infraestruturas inadequadas e dependência de financiamento externo. Em contrapartida, ações como educação ambiental, coordenação local e mediação de conflitos tiveram impacto positivo, especialmente em Migugune, onde o apoio do projeto MozBio e a criação da URR fortaleceram a fiscalização comunitária.

Às autoridades e parceiros da Coutada 14 recomenda-se: reforçar a partilha de receitas e projetos sustentáveis com as comunidades; assegurar compromissos institucionais e apoio logístico-financeiro; fortalecer a formação de fiscais e a educação ambiental; e capacitar técnicos em legislação para orientar os comités locais.

6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Administração Nacional de Áreas de Conservação (ANAC). (2017). *Sistema Nacional das Áreas de Conservação de Moçambique*. Recuperado em 3 de agosto de 2025, de https://www.anac.gov.mz

Adams, W. M. (2004). *Against Extinction: The Story of Conservation*. London: Earthscan.

Andrade, A. C. D., Ali, D. F., Muachapeu, Y. D. N., & Tamele, R. A. (2022). *Envolvimento*

da comunidade de Muichi na tomada de decisão sobre a gestão dos recursos florestais no distrito de Nipepe, norte de Moçambique. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar, 3(7), e371636. https://doi.org/10.47820/recima21.v3i7.1636

António, G. (2023) *O papel da comunidade local na gestão participada dos recursos florestais em Matibane, distrito de Mossuril – Moçambique*. Revista Mirante, Anápolis (GO), v. 16, n. 1, p. 62-102, jun. 2023. ISSN 1981-4089

Benett, C., Almeida, M., & Castilho, M. (2002). *Gestão dos Recursos Naturais Revista de Biologia e Ciências da Terra*, volume 2, 1: 1519-5228.

Bloor, M., & Wood, F. (2006). Purposive Sampling. In M. Bloor, & F. Wood, Keywords in Qualitative Methods (p. 143). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Ltd.

Boanha, B., & Nhongo, E. (2024). *Characterizing the wildfire patterns in the Marromeu complex using remote sensing data*. Anais do Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**.**

Calfucura, Enrique. (2018). *Governança, terra e distribuição: Uma discussão sobre a Economia Política da Conservação Comunitária*.

Carl, M., Serra, S., Dondeyne, T., & Durang, T. (2012). *O Meio Ambiente em Moçambique: Notas para reflexão sobre a situação atual e os desafios para o futuro*. Grupo Ambiente – Parceiros de Cooperação.

De Lima, I. L. T. (2017). *Acção de educação ambiental na comunidade do entorno da Flona de Nísia floresta* – RN.

Jaime, A. A. (2023). *Genesis, boas práticas e sustentabilidade dos comités de gestão dos recursos naturais:* Estudo de caso do Parque Nacional de Gilé, Moçambique (Dissertação de mestrado). Universidade Eduardo Mondlane.

JAIME, G. (2015). *Análise dos impactos das mudanças do uso do solo sobre futura Gestão e Conservação da Reserva Nacional de Chimanimani*-Moçambique.

Jamisse, I. F. M., & Antonio, L. A. (2023). *Contribuição do associativismo comunitário na gestão de recursos naturais: Caso da área da coutada oficial de Marangira-distrito de Marrupa*. Momentum, 1(21). https://doi.org/10.60035/1678-0795.momentum-v1n21-459

Ladina, Abdul. (2019). **Participação comunitária na gestão de recursos florestais e faunísticos no Parque Nacional de Limpopo**. *Instituto Superior Politécnico de Gaza - ISPG*

Lakatos, E. M.; Marconi, M. (1982). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas.

Madill, A. (2006) Review of M. Bloor and F. Wood (2006). Keywords in qualitative methods: A vocabulary of research concepts.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. 5. Ed., São Paulo: Editora Atlas S.A.

Matos, A. A. C. (2020). *Papel das comunidades locais na conservação da biodiversidade: Estudo de caso do Parque Nacional da Gorongosa*. 143p.

Matos, S. E; Medeiros, J. N., (2011). Quantificação do desmatamento na reserva florestal de Mecuburi – Moçambique. Sociedade e Território – Natal. v. 28.

Medina, G.; Pokomy, B. (2011). Avaliação Financeira do Manejo Florestal Comunitário. Revista Novos Cadernos NAEA, v. 14, n. 2, p. 25-36.

Mushove, P. T. (2001). Organizações Comunitária: *o papel dos Conselhos de Gestão, Autoridades Tradicionais, Comités e Outras Instituições locais na Gestão dos Recursos Naturais (discussion paper), in: Filimao & Massango* (2001). Comunidade e Maneio de Recursos Naturais (memorias da 2ª Conferencia Nacional sobre o Maneio Comunitários de Recursos Naturais), Maputo.

Mushove, P. T. (2001). Organizações comunitárias: **O papel dos conselhos de gestão, autoridades tradicionais, comités e outras instituições locais na gestão dos recursos naturais (Discussion paper)**. In A. Filimao & V. Massango (Eds.), Comunidade e manejo de recursos naturais (Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o Manejo Comunitário de Recursos Naturais). Maputo.

Nhamtumbo, I., Foloma, M.; Puna, N. Comunidades e Maneio dos Recursos Naturais. Memoria da III Conferencia Nacional sobre Maneio Comunitario dos Recursos Naturais. UICN/DNFFB/FAO. 2005.

Nhantumbo, I.; Foloma, M. 2004. Benefícios económicos do MCRN: o que se pretendia afinal? In: Nhantumbo, I.; Foloma, M. and Puná, N. eds. Memórias da III Conferência Nacional sobre o maneio Comunitário dos Recursos Naturais, 21-23 June 2004. Maputo.

República de Moçambique. (2023). Lei de Florestas, Lei nº 17/2023 de 29 de dezembro.

Shetunyeng (2024). The value of community participation in rural development: *An article by Niilonga N.T a Published in the Open Journal of social sciences, volume 12, Number 8, in Angust*. The article discusses the importance of community participation in rural develoment in namibia.

Shetunyenga, N. T. (2024). A importância da participação comunitária no desenvolvimento rural. *Revista Aberta de Ciências Sociais*, 12(8), artigo 8.

https://doi.org/10.4236/jss.2024.128031

Sitoe, A. J.; Salomão, R. (2012). *Impactos ambientais do desmatamento nas áreas de conservação e nas regiões de proteção ambiental em Moçambique*.

Sitoe, Almeida; Guedes, Benard; Sitoe, Silvia. (2007*). Avaliação dos modelos de maneio comunitário de recursos naturais em Moçambique.* Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane C.P. 257, Maputo, Moçambique

Teixeira, J. (2009). **A Participação das Comunidades na Gestão das Florestas em Moçambique: Caso do Distrito de Inharrime,** Dissertação de Mestrado apresentada à 318 FCSH da Universidade Eduardo Mondlane, como um dos requisitos para a obtenção do grau académico de Mestre em População e Desenvolvimento, UEM - Maputo.

Teixeira, Jerónimo Victor (2018). **A Participação das Comunidades Locais na Gestão das Florestas em Moçambique: Caso dos distritos de Montepuez, Maúa, Marrupa e Majune**. Departamento de Geografia e Planeamento Regional, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Tocoloa, A. E. L. (2022). *Contributo da participação comunitária na gestão sustentável dos recursos naturais para o desenvolvimento, no distrito de Mecuburi, Moçambique*. https://doi.org/10.22533/at.ed.08122180721

Weller, Susan C; Vickers, Ben; Bernard, Harvey; Czeschel, Rena; Stramma, Lothar (2018) focused on identifying saturation for the most salient items in data.